

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS DE INOVAÇÃO DA SOCIOBIOECONOMIA

SISTEMATIZAÇÃO DA JORNADA DE APRENDIZAGEM

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL

**COALIZÃO
BRASIL**
CLIMA, FLORESTAS
E AGRICULTURA

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

PARCERIA INSTITUCIONAL

PPA PARCEIROS
PELA AMAZÔNIA



Algarve

Alentejo

Beira Litoral

Beira Interior

Centro

Estremadura

Lisboa

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS DE INOVAÇÃO DA SOCIOBIOECONOMIA

SISTEMATIZAÇÃO DA JORNADA DE APRENDIZAGEM

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL



UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

PARCERIA INSTITUCIONAL



PARCERIA ESTRATÉGICA



BIODIVERSAS
LXB

**A SISTEMATIZAÇÃO DA JORNADA
DE APRENDIZAGEM É UM TRABALHO
CONJUNTO EM BIOECONOMIA
ENTRE AS ORGANIZAÇÕES
COALIZÃO BRASIL CLIMA,
FLORESTAS E AGRICULTURA E UMA
CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA.
ELA FOI REALIZADA NO ÂMBITO
DE UM GRUPO DE TRABALHO
INTEGRADO ENTRE AS REDES.**



EXPEDIENTE

TÍTULO **Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia**
Sistematização da Jornada de Aprendizagem

COORDENAÇÃO GERAL **Luciana Villa Nova**

CO-FACILITADORES **Eduardo Rocha**
Floriana Breyer

COORDENAÇÃO INSTITUCIONAL **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura**
Uma Concertação pela Amazônia

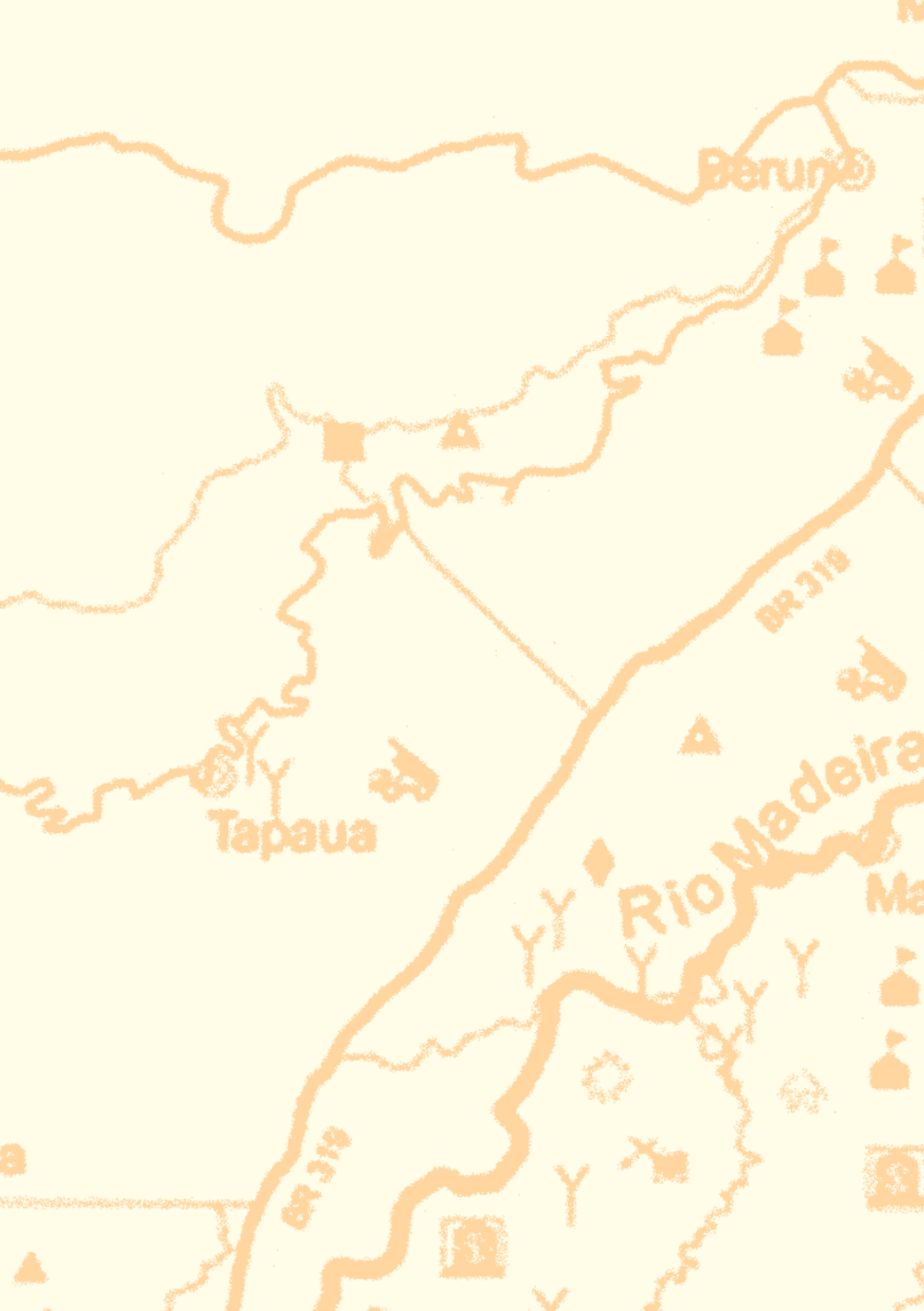
PARCERIA INSTITUCIONAL **Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)**

REALIZAÇÃO DA JORNADA **Subgrupo de trabalho entre a FT Bioeconomia da Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura e o GT de Bioeconomia da rede Uma Concertação pela Amazônia**

SISTEMATIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS **Biodiversas Lab**
Floriana Breyer, com apoio de Mariana Barreto

REVISÃO TÉCNICA **Carolle Alarcon**
Eduardo Rocha
Fernando Gazzaneo
Floriana Breyer
Luciana Villa Nova
Maiara Beckrich
Paula Sleiman
Renato Grandelle

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO **Gaya Vieira**



Berurú

Tapaua

RIO MADEIRA

BR-318

BR-319

SUMÁRIO

8 RESUMO EXECUTIVO

13 INTRODUÇÃO

16 OBJETIVO

17 PANORAMA DA REDE ENVOLVIDA

19 JORNADA DE APRENDIZAGEM

22 OFICINA DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARA
PÓLOS DE BIOECONOMIA DA FLORESTA

26 ABORDAGEM DA SOCIOBIOECONOMIA

29 TERRITÓRIOS INSPIRADORES

31 CICLO DE ESCUTAS

34 WEBINÁRIO 01_ MÉTODO DO IPÊ APRESENTA-
DA POR CLÁUDIO PÁDUA

38 WEBINÁRIO 02_ PROGRAMA DE
DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO FGVCS

42 WEBINÁRIO 03_ SARITA ALBAGLI

46 WEBINÁRIO 04_ TECNOLOGIA SOCIAL
BARCAS POR FLORIANA BREYER

49 WEBINÁRIO 05_ FRANCISCO DE ASSIS COSTA

54 CONCLUSÕES

59 RECOMENDAÇÕES

66 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Em setembro de 2021, a **Coalizão Brasil Clima, Florestas e Agricultura** divulgou seu posicionamento sobre Bioeconomia. Entre nove ações prioritárias destacadas para avançar nesta agenda, três delas foram escolhidas para construção de estratégias de *advocacy* e de articulação de atores. Foram elas: Política Pública para um Plano Nacional de Bioeconomia; Banco de Dados para gestão e desenvolvimento de estratégias; e Polos de Inovação e Excelência em Bioeconomia.

Em 2022, a partir da identificação de uma grande convergência na agenda de Bioeconomia, a Coalizão e a iniciativa **Uma Concertação pela Amazônia** estabeleceram um grupo de trabalho, subdividido em três temas estratégicos:

- 1. Políticas Públicas:** responsável por aprofundar as análises e proposições relacionadas ao ambiente regulatório da Bioeconomia;
- 2. Dados:** dedicado à coleta, à organização e à análise de dados mais abrangentes e específicos para o setor;
- 3. Polos de Excelência:** focado em aprofundar os estudos e definir metodologias para o desenvolvimento de territórios como polos de inovação em Bioeconomia.

Este relatório apresenta a sistematização do trabalho do Subgrupo 3, que inicialmente foi nomeado de Subgrupo Polos de Excelência. Visando mapear metodologias e territórios de referência para o avanço da Sociobioeconomia, o subgrupo conduziu diversas discussões e escutas de atores e identificou casos concretos relacionados à inovação e ao desenvolvimento territorial na Amazônia, evidenciando o potencial do setor para geração de emprego e renda mantendo a floresta em pé.

O Subgrupo foi composto inicialmente por 32 pessoas de diferentes organizações que compõem a rede da Coalizão e/ou da

Concertação. Entre 2022 e 2023, ele realizou encontros com o objetivo de **reunir elementos indispensáveis para a formulação de modelos de desenvolvimento territorial voltados à Sociobioeconomia**. Esses modelos visam, em última análise, **influenciar a construção de políticas públicas de gestão territorial**, com foco na criação de polos de inovação na região amazônica.

O primeiro marco da jornada aconteceu em outubro de 2022, com a realização da oficina “Desenvolvimento Territorial para Polos de Bioeconomia da Floresta”, promovida em parceria com a **Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA)**, no contexto da formulação da **Tese de Desenvolvimento Territorial da PPA**.¹ O objetivo da oficina foi apresentar convergências conceituais e coletar percepções sobre as condições habilitantes para o desenvolvimento regional da Sociobioeconomia florestal amazônica, a partir de casos de sucesso de territórios da região. Em seguida, de fevereiro a agosto de 2023, o Subgrupo se concentrou em alinhamentos conceituais e na curadoria de territórios e métodos de gestão territorial que pudessem inspirar a construção de um modelo de política pública adaptada à Sociobioeconomia de florestas. Desta proposta emergiu o **Ciclo de Escutas para cocriação de metodologias e políticas de gestão de territórios da Sociobioeconomia**.

Este ciclo foi composto por cinco webinários sobre metodologias:

- **Escuta 01:** Cláudio Pádua apresentou o método e um caso de sucesso do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), um laboratório vivo de Biologia da Conservação que há mais de 20 anos está sendo implementado no Pontal do Paranapanema, extremo oeste de São Paulo. Pádua destacou um modelo integrado de conservação e desenvolvimento sustentável, construído a partir de uma abordagem de Bioeconomia focada em conservação da biodiversidade, recomposição de pai-

1. <https://ppa.org.br/publicacao/tese-de-desenvolvimento-territorial-da-ppa>

sagens, uso de mecanismos participativos para gestão territorial e cocriação de negócios comunitários.

- **Escuta 02:** As pesquisadoras Kena Chaves e Ana Coelho apresentaram a abordagem que vem sendo utilizada pelo Programa de Desenvolvimento Territorial do FGVces. Elas assinalaram que o programa atua há 17 anos com pesquisa aplicada, desenvolvendo abordagem territorial para a construção de governança e de estratégias de desenvolvimento local em territórios atingidos por grandes empreendimentos, especialmente na Amazônia.
- **Escuta 03:** Sarita Albagli discutiu a relação entre bioeconomia, gestão territorial e inovação. Foram levantados caminhos e conceitos para a criação de estratégias ao desenvolvimento de uma política de socioeconomia que integre as vozes dos territórios e as dinâmicas de fluxos e vocações territoriais dentro de uma abordagem da Geopolítica da Biodiversidade Amazônia e de Ciência Cidadã.
- **Escuta 04:** Floriana Breyer apontou a necessidade urgente do desenvolvimento de novas linguagens e formatos de comunicação para interação e engajamento com os territórios. Ela apresentou a tecnologia social BARCAS na perspectiva da Arte Ciência e também da Ciência Cidadã, com o propósito de gerar estratégias de interação em territórios, como os mapeamentos participativos, a identificação de vocações territoriais, a cocriação de inovações e a ação coletiva a partir das demandas da base.
- **Escuta 05:** Francisco Costa apresentou estudos que tem desenvolvido relacionados ao mapeamento das interações continuadas nos territórios. O pesquisador propõe análises estatísticas e a elaboração de mapas para visualizar as trajetórias tecnológicas existentes no uso da terra, destacando as

dimensões da pressão econômica que essas trajetórias exercem. Esses processos, segundo ele, podem colocar comunidades e povos tradicionais em situação de risco.

Como **conclusões** da jornada de aprendizagem do Subgrupo “Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia”, destaca-se a necessidade de uma gestão territorial baseada em processos colaborativos e de escuta ativa, garantindo que as metodologias sejam apropriadas aos territórios. Também foi ressaltada a necessidade de desenvolver modelos econômicos que viabilizem novas matrizes de desenvolvimento, como os mercados de carbono e a economia da restauração ecológica, e de incorporar linguagens e formatos mais inclusivos, que viabilizem o enraizamento dos conceitos pelas populações e agentes territoriais.

Por fim, o Subgrupo enfatizou a importância de fortalecer as organizações de base e as redes de inovação, propondo estratégias que tragam alternativas competitivas diante dos modelos predatórios atuais, e visando garantir a funcionalidade sistêmica do Bioma Amazônico e o bem-estar social das populações locais.

Entre as principais **recomendações** estão a conexão com políticas nacionais e estaduais de Bioeconomia, o desenvolvimento de territórios sustentáveis da Sociobioeconomia, a valorização de modelos de governança territorial, a promoção de redes de colaboração e de aceleração da inovação em territórios e o fortalecimento de mecanismos financeiros apropriados à Bioeconomia.



INTRODUÇÃO



A Coalizão Brasil Clima Florestas e Agricultura, fundada em 2015, reúne mais de 400 representantes dos setores privado, financeiro, acadêmico e da sociedade civil. O movimento busca promover uma economia de baixo carbono competitiva, responsável e inclusiva no Brasil. Seu objetivo é articular e facilitar ações que promovam o uso harmônico, inclusivo e sustentável da terra, com base em conhecimento científico, escuta ativa e capacidade de articulação. A rede também trabalha para estabelecer alianças nacionais e internacionais que viabilizem a transição para essa nova economia.

As Forças-Tarefa (FTs) são o principal espaço para discussão e construção de propostas entre os membros da Coalizão. Atualmente há 12 FTs ativas na rede, organizadas nos quatro eixos temáticos estabelecidos na [Visão de Futuro da Coalizão](#): acabar com o desmatamento; produzir mais e melhor, por meio da agropecuária e silvicultura; criar valor e gerar benefícios a partir da floresta nativa; e viabilizar políticas públicas de Estado e construir instrumentos econômicos alinhados e integrados. Mais informações sobre o trabalho atual de cada FT podem ser encontradas neste link: <https://coalizaobr.com.br/painel-de-controle/>

Entre as forças-tarefa encontra-se a FT Bioeconomia, criada em 2020, com a missão de conciliar diferentes posições sobre esta agenda, criando condições para que o país seja uma potência mundial no uso responsável de seus recursos naturais. Em 2021, a Coalizão **divulgou um posicionamento** no qual são apresentados nove campos de ação estratégicos. Destes, em um processo de priorização realizado pela FT Bioeconomia em 2022, foram eleitos três frentes de trabalho prioritárias:

1. Contribuição para **a criação de uma Política Nacional de Bioeconomia** (referente à ação 1 do posicionamento);
2. **Integração de fontes de dados**, sistematização e disseminação de informações sobre a Bioeconomia (referente à ação 3);

- 3. Estímulo à implantação de polos regionais de excelência** voltados à pesquisa, produção de conhecimentos em biodiversidade e florestas nativas, apoiando **a estruturação de um banco de dados** para otimizar acesso a essas informações (referente à ação 5).

Ainda em 2022, foi identificada uma convergência de esforços com a **Concertação pela Amazônia**, rede que reúne mais de 800 lideranças engajadas para buscar soluções para a conservação e o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos habitantes da Amazônia. A iniciativa possui um Grupo de Trabalho (GT) de Bioeconomia com abordagem sinérgica à da Coalizão. A partir da realização de diálogos de integração, ambas as redes criaram, em 2022, um grupo de trabalho conjunto, subdividido em três temas:

- 1. Políticas Públicas:** responsável por aprofundar as análises e proposições relacionadas ao ambiente regulatório da Bioeconomia;
- 2. Dados:** dedicado à coleta, organização e análise de dados ainda mais abrangentes e específicos para o setor;
- 3. Polos de Excelência:** focado em aprofundar os estudos e definir metodologias para o desenvolvimento de territórios como polos de inovação e desenvolvimento da bioeconomia.

Este relatório apresenta a sistematização do trabalho realizado pelo Subgrupo 3 - Polos de Excelência. Buscando atingir o objetivo acima descrito, foram conduzidas diversas atividades para a promoção de discussões, reflexões conceituais, escutas de atores e de casos de sucesso, além do mapeamento de metodologias e territórios de referência para a criação de um modelo de desenvolvimento territorial para a Sociobioeconomia.



Este documento tem como objetivo principal registrar as atividades realizadas e sistematizar aprendizados acumulados pelo subgrupo, que iniciou com o nome Polos de Excelência e foi rebatizado ao longo do processo para **Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia**. Também pretendemos trazer um panorama da rede de organizações envolvidas e recomendações que possam ser incorporadas e direcionadas dentro do ecossistema de Bioeconomia e Sociobioeconomia, por iniciativas e projetos que busquem promover o desenvolvimento territorial, além dos apoios técnicos para uma bem sucedida implementação da Política Nacional de Bioeconomia.

PANORAMA DA REDE ENVOLVIDA

O subgrupo foi composto por 32 membros de diferentes organizações que compõem as redes da Coalizão, da Concertação e da PPA.

	ORGANIZAÇÕES	INTEGRANTES
Subgrupo Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia	A.B.E.L.H.A.	Ana Assad
	Agroicone	Laura Antoniazzi
	Biodiversas Lab	Floriana Breyer
	Bioeco	Eduardo Giacomazzi
	BNDES	Leonardo Pamplona
	Bradesco	Gustavo Oliveira
	Brazbio	Priscylla Moro
	Cargill	Leticia Schiavano Matias
	Cenergia	Ana Carolina Fiorini
	Centroflora	Cristina Dislich Ropke
	CI Brasil	Robson Capretz
	CLUA	Melissa Sendic
	CLUA	Tatiana Botelho
	Embrapa	Milton Kanashiro
Funbio	Paula Ceotto	

	ORGANIZAÇÕES	INTEGRANTES
Subgrupo Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia	Fundo JBS	Andrea Azevedo
	Instituto Amazônia 4.0	Carlos Nobre
	Instituto Humanize	Eline Martins
	IPÊ	Claudio Padua
	Licks Attorneys	Denise Golgher
	Mangará Inov. e Sustentab.	Luciana Villa Nova
	Manioca	Joanna Martins
	Natura	Priscila Matta
	NESsT	Marcelo Cwerner
	NESsT	Marissa Renaud
	Porticus/Good Energies Foundation	Daniela Prioli
	PPA	Denyse Mello
	PPA	Eduardo Rocha
	Solidaridad	Mariana Pereira
Synergia	Mário Vasconcelos	
Yara Brasil	Marcelo Gobitta	

Tabela 01

Legenda: Organizações e membros do Sugrupo Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia.

Fonte: Biodiversas LAB.

A liderança do subgrupo foi conduzida por Luciana Villa Nova, (Mangará Inovação e Sustentabilidade), com coliderança de Eduardo Rocha (PPA) e Floriana Breyer (Biodiversas Lab) e facilitação de Maiara Beckrich (Coalizão). Com o tempo, percebeu-se a necessidade de encontros mais frequentes para planejar e organizar as atividades, resultando na criação de dois grupos de trabalho: um para os oito membros mais envolvidos e outro para 25 participantes interessados em acompanhar e contribuir. Ao longo das atividades, o Subgrupo Territórios Sustentáveis de Inovação

da Sociobioeconomia **mobilizou 161 pessoas**, representando **112 organizações** diferentes pessoas de diferentes setores.

Perfil das Organizações Envolvidas

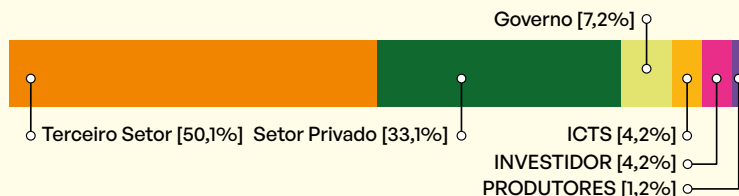


Gráfico 01

Legenda: Gráfico com o perfil das organizações envolvidas com a jornada do subgrupo. **Fonte:** Biodiversas Lab

JORNADA DE APRENDIZAGEM

Atividades realizadas e sistematização do conhecimento

De 2022 a 2023, o subgrupo realizou diálogos, buscando levantar referências e reunir elementos indispensáveis para contribuir com a criação de um modelo de desenvolvimento territorial para a Sociobioeconomia que, em última medida, pudesse também influenciar a construção de políticas públicas de gestão territorial, com foco em territórios e polos de inovação da Sociobioeconomia amazônica.

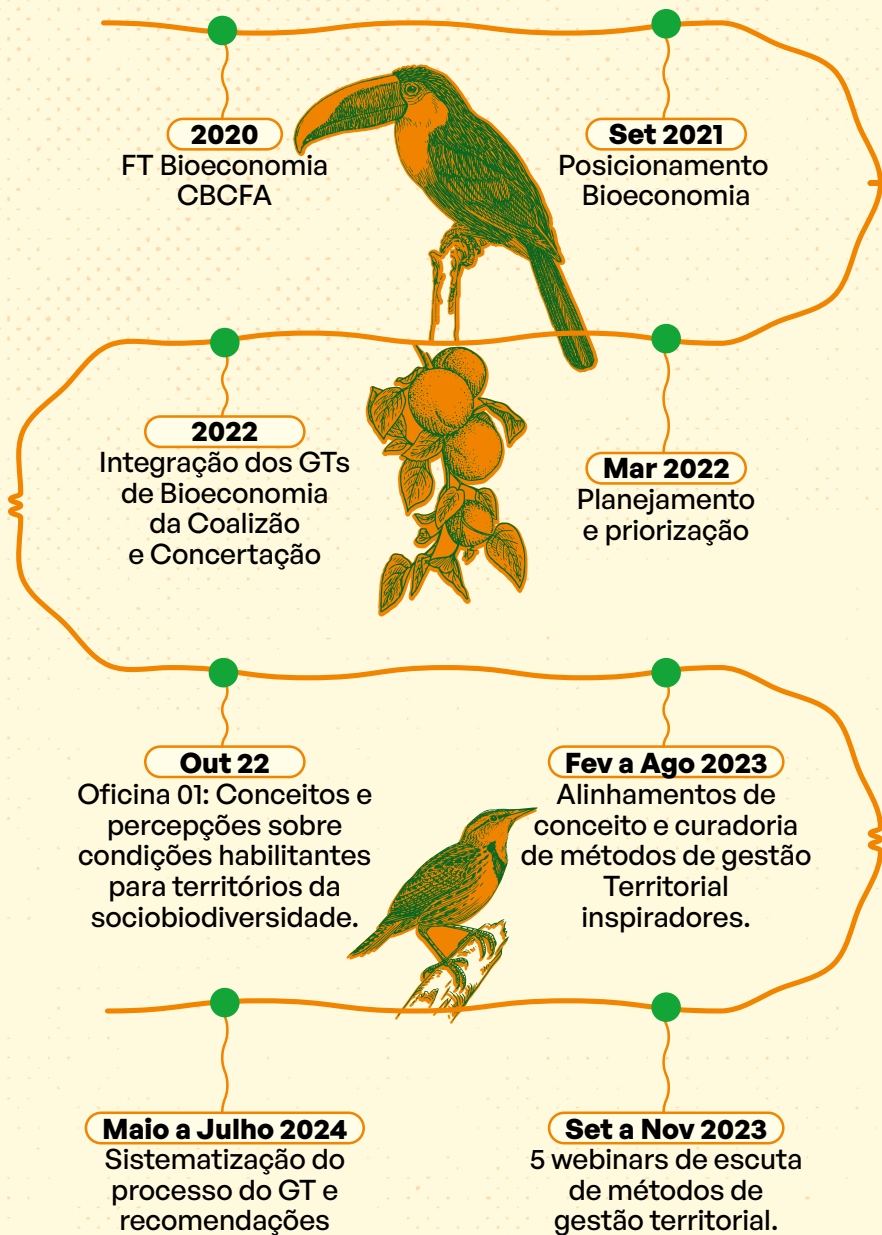
O objetivo principal era promover debates que contribuíssem para a implementação de políticas públicas voltadas para a gestão e governança territorial e para o desenvolvimento da Sociobioeconomia. O entendimento do subgrupo é que esta construção deve partir da observação e cocriação com territórios referência e redes já atuantes, buscando fortalecer o protagonismo de iniciativas, atores locais e parceiros estratégicos, considerando negócios comunitários e de pequenos produtores, setor privado, ICTs e poder público, entre outros.

Um dos maiores desafios para o bioma Amazônico, em função de sua extensa área e diversidade, é promover territórios e polos locais com estratégias que reconheçam e valorizem as vocações territoriais e articulem esforços integrados entre regiões, microrregiões e suas macrorregiões, principais capitais e redes dentro e fora do bioma.

Desta forma, a proposta geral do subgrupo foi **abrir espaço para o levantamento de referências para a cocriação de metodologias e políticas de gestão de territórios**. O trabalho tinha, como uma de suas intenções, elaborar estratégia de advocacy que levasse à construção de uma política pública de gestão territorial sustentável, considerando a bioeconomia como vetor de desenvolvimento local, regional e nacional, além da integração entre ciência e conhecimentos tradicionais e do fomento a polos de inovação de Sociobioeconomia. O foco inicial determinado foram territórios da Amazônia Legal.

A seguir podemos visualizar a linha do tempo com os marcos da jornada deste subgrupo





Logo no início entendeu-se que, para contribuir com o debate acerca do fomento a polos de Sociobioeconomia adaptado à Amazônia, seriam necessárias **4 etapas**:

- 1.** Discussão conceitual sobre polos e desenvolvimento territorial e condições habilitantes para desenvolvimento regional.
- 2.** Escuta de métodos inspiradores para definição de metodologia de desenvolvimento de polos aplicada à Sociobioeconomia de floresta.
- 3.** Sistematização das escutas e aprendizados acumulados no processo.
- 4.** Contribuição para construção de políticas públicas de gestão territorial, com foco em territórios e polos de inovação da Sociobioeconomia amazônica.

O subgrupo desenvolveu as etapas 1 a 3 entre o segundo semestre de 2022 e o final de 2023. Sua avaliação é que a etapa 4 começou a ser endereçada através de projetos, alguns deles mencionados no último capítulo deste relatório, e tem avançado diante do aumento da visibilidade da agenda de Bioeconomia no atual governo.

Para o desenvolvimento das três etapas iniciais, o subgrupo realizou uma curadoria de temas e convidados e organizou uma série de encontros virtuais, unindo exposição de casos e momentos de reflexão. Eles foram sistematizados na ordem cronológica a seguir:

Oficina “Desenvolvimento Territorial para Polos de Bioeconomia da Floresta”

O primeiro marco da jornada aconteceu em outubro de 2022, com a realização da oficina “**Desenvolvimento Territorial para Polos de Bioeconomia da Floresta**”. O encontro contou com a parceria da Plataforma Parceiros pela Amazônia (PPA), em virtude da

elaboração de sua Tese de Desenvolvimento Territorial, realizada com apoio da Agenda Pública. O objetivo foi identificar convergências em temas prioritários e preconizados pelo subgrupo, além de coletar percepções sobre condições habilitantes para o desenvolvimento territorial na Amazônia. Casos regionais de Sociobioeconomia florestal foram escutados e a oficina buscou um aprofundamento conceitual para este modelo de desenvolvimento que gera e/ou fortalece Polos de Bioeconomia. Entre apresentações de experiências concretas no território estiveram:

- **Augusto Corrêa** - Secretário Executivo da PPA;
- **Sérgio Andrade** - Diretor-Executivo da Agenda Pública;
- **Luciana Villa Nova** - Diretora-Executiva da Mangará Inovação e Sustentabilidade e colíder da FT Bioeconomia da Coalizão;
- **Ana Paula Souza** - Conselheira da FVPP e Professora da Universidade Federal do Pará;
- **Franquismar de Souza** - Coordenador da APACC e da Rede Jirau de Agroecologia.

Participaram desta primeira oficina 53 representantes de 37 organizações. Os principais aspectos levantados foram sistematizados da seguinte forma:





Abaixo um breve resumo das temáticas abordadas:

- **Políticas Públicas:** as políticas públicas regionais e nacionais são cruciais para apoiar o desenvolvimento territorial, garantindo execução, governança e inovação nos processos produtivos. Advocacy, ATER, P&D e programas nacionais como PNAE e a Lei da Biodiversidade são fundamentais nesse contexto.
- **Diálogo:** promover a conexão do território com outras esferas federativas e redes para dar visibilidade aos produtos da sociobiodiversidade da Amazônia. Fortalecer a bioeconomia por meio de espaços de discussão. Dentro do território, garantir comunicação clara e inclusiva, valorizando casos de sucesso e participação local.
- **Base Acadêmica:** acesso a dados e integração de bases existentes para identificar lacunas nos territórios.

Pesquisa e colaboração com universidades para apoiar polos de inovação e compreender cadeias produtivas da Sociobioeconomia local.

- **Direitos da comunidade e do território:** o desenvolvimento deve estar enraizado nas realidades e aptidões locais, respeitando as vocações de cada comunidade. As pressões externas, como o poder econômico de setores como soja e garimpo, além de problemas fundiários e violência, representam desafios significativos. É essencial garantir infraestrutura básica e respeitar a diversidade cultural para que o desenvolvimento seja efetivo. A compreensão das adversidades históricas e a garantia dos direitos territoriais são cruciais para assegurar a segurança jurídica e atrair investimentos para as comunidades.
- **Governança Local:** é essencial para o desenvolvimento de polos regionais, exigindo integração entre atores, construções a partir das bases e adaptação às particularidades territoriais. Novos arranjos de gestão e capacitação das comunidades são fundamentais para garantir a apropriação local e a efetividade das iniciativas.
- **Cadeias Produtivas:** as cadeias da Sociobioeconomia na Amazônia precisam de inclusão produtiva que respeite os modos locais. Melhorar conectividade, logística e infraestrutura é essencial, assim como investir em mercados locais e pequenos centros de beneficiamento. A diversidade produtiva é vital para evitar insegurança alimentar, focando no valor agregado. O desenvolvimento dos polos requer coordenação entre setores e confiança entre os atores da cadeia.
- **Recursos financeiros:** o desenvolvimento de polos exige recursos alinhados ao ritmo da sociobiodiversidade, com

a colaboração entre setor público, privado e filantrópico. É crucial garantir compras e investimentos contínuos para infraestrutura e apoio às produções locais e aos mecanismos de inovação.

Abordagem da Sociobioeconomia

De fevereiro a agosto de 2023, o subgrupo se concentrou em alinhamentos conceituais, curadoria de territórios e métodos de gestão territorial que pudessem inspirar a construção de um modelo de política pública adaptada à Sociobioeconomia de florestas.

O trabalho foi orientado pela abordagem de Bioeconomia adotada pela Coalizão, que propõe que o conceito “explora a interface entre agricultura, pecuária e florestas, com o objetivo de escalar sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, que promovam restauração de paisagens, regeneração do solo, conservação de biodiversidade, valoração dos serviços ecossistêmicos e eficiência agropecuária. Bem como a valorização da importância e relevância dos conhecimentos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais sobre a biodiversidade dos biomas brasileiros e seus usos, como oportunidades para o avanço da Bioeconomia no Brasil”.²

Alinhado a esta visão, o subgrupo buscou somar esforços para consolidar um novo conceito de Bioeconomia no Brasil, ancorado na inovação no uso de capitais naturais, culturais e sociais, no investimento em conservação e na restauração da mega-biodiversidade presente no país. Estes instrumentos conciliam o desenvolvimento econômico e o bem-estar dos povos e seres que habitam os diversos biomas brasileiros.

Para evolução dos trabalhos, o subgrupo incorporou outros conceitos. Entre eles está o de sociobiodiversidade, que segun-

2. [Posicionamento Coalizão 2021](#)

do o Plano Nacional de Promoção das Cadeias dos Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), “expressa a interrelação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais”. O plano também estabeleceu uma importante definição para produtos da sociobiodiversidade:³

[...] bens e serviços (produtos finais, matérias-primas ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse de povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, assegurem os direitos decorrentes, gerando renda e promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem.

Fonte: BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS), 2015.

Um grupo de instituições da área socioambiental, ligadas a essa perspectiva, prefere usar o termo “Economia da Sociobiodiversidade” para se referir ao novo modelo econômico desejado para o Brasil e outros países. Na visão deste grupo, o uso do conceito “economia da sociobiodiversidade” é uma forma de ressaltar:

“as manifestações econômicas dos povos e comunidades tradicionais que se fundamentam numa indissociável relação com a natureza, cercada de profundo respeito e interação sociocultural com os ecossistemas e a biodiversidade, valorizando as diferentes estratégias de produção e reprodução, baseadas no uso sustentável da biodiversidade” (OSOCIOBIO, 2022).

3. Informações do banco de dados da Consultoria Mangará, compiladas por Luciana Villa Nova.

Outro conceito norteador foi o adotado pelo projeto Amazônia 4.0:

“um modelo que utilize todo o conhecimento propiciado pelas ciências, pela tecnologia e pela inovação e planejamento estratégico para o florescimento de uma bioeconomia baseada na ideia de uma ‘floresta em pé com os rios fluindo, valorização da biodiversidade e do trabalho sustentável das comunidades locais’. Essa economia inovadora deve ter raízes profundas na Amazônia e não ver a região apenas como local de extração/produção de insumos primários a serem aproveitados pelas bioindústrias em lugares distantes. Deve também gerar bioindústrias locais e diversificadas, produtos de valor agregado em todos os elos da cadeia de valor, empregos e inclusão social” (NOBRE; NOBRE, 2019, p. 11).

Aliados ao conceito de Bioeconomia, o subgrupo também adotou conceitos sobre desenvolvimento local de autores como Bertha Becker, Milton Santos e a abordagem trazida pelo MIDR em sua Política Nacional de Desenvolvimento Territorial.

“A floresta só deixará de ser destruída se tiver valor econômico para competir com madeira, pecuária e soja [...] Assim, propõe-se uma verdadeira revolução tecnológica científica para a Floresta Amazônica [...] É hora de implementar uma revolução tecnológica científica na Amazônia que estabelece cadeias tecnoprodutivas baseadas na biodiversidade, desde as comunidades florestais até os centros de tecnologia avançada” (BECKER, 2005).

“A ciência política de modo geral ignora o território – dá conta da divisão dos estados, dos municípios, mas não dos conteúdos, como se ele não tivesse um conteúdo social. Este aparece apenas como estatísticas, que são caixinhas que vamos abrindo à medida que necessitamos produzir o discurso. Mas está excluído o conteúdo, o dinamismo socioterritorial,

socioespacial, essas formas-conteúdo que têm a ver com a existência (...) Se o tomarmos a partir de seu conteúdo, uma forma-conteúdo, o território tem de ser visto como algo que está em processo. E ele é muito importante, ele é o quadro da vida de todos nós, na sua dimensão global, na sua dimensão nacional, nas suas dimensões intermediárias e na sua dimensão local. Por conseguinte, é o território que constitui o traço de união entre o passado e o futuro imediatos. Ele tem de ser visto – e a expressão é de François Perroux – como um campo de forças, como o lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre o vertical e o horizontal, entre o Estado e o mercado, entre o uso econômico e o uso social dos recursos” (SANTOS, 1999).

“A bioeconomia representa o conjunto de atividades econômicas baseadas na biodiversidade, que promovem soluções inovadoras no uso de recursos naturais e visam à transição para um padrão de desenvolvimento sustentável voltado para o bem-estar da sociedade e a conservação produtiva do meio-ambiente”. (MIDR, Art. 2º da Portaria Nº 3.717, Bioregio)

“A Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável (BioRegio) tem por objetivo incentivar a inovação, o investimento e a geração de emprego e renda a partir da bioeconomia regional por meio do fortalecimento da base socioeconômica territorial e sua diversificação a partir do adensamento de cadeias produtivas, do fortalecimento de sistemas produtivos e inovadores locais e do manejo sustentável dos recursos naturais”. (MIDR, Art. 3º da Portaria Nº 3.717, Bioregio)

Territórios Inspiradores

O subgrupo concentrou esforços no levantamento de territórios chave, visando a compreensão dos modelos de desenvolvimento regional em andamento. Neles também estão sendo idealiza-

dos e fomentados ecossistemas de inovação, para valorização da riqueza cultural, social e de biodiversidade da Amazônia. A tabela a seguir apresenta o resultado deste levantamento coletivo:

TERRITÓRIOS/INICIATIVAS INSPIRADORES	ESTADO
COOPERACRE_Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Acre	AC
RESEX Chico Mendes:_ Reserva Extrativista Chico Mendes	AC
SOS Amazônia,	AC
Alto Solimões e Tríplice Fronteira (PACTAS_ Programa de Apoio às Comunidades Tradicionais do Alto Solimões; Inpactas_ Instituto de Pesquisa e Apoio às Comunidades Tradicionais do Alto Solimões)	AM
Rio Negro (Alto e Baixo)	AM
Território Médio Juruá (Coletivo Pirarucu, ASPROC_ Associação dos Produtores Rurais de Carauari, Gosto da Amazônia)	AM
Origens Brasil (Norte do Pará, Rio Negro, Xingu, TupiGuaporé, Calha do Purus, Solimões)	AM, PA, RO
Arquipélago de Baillique (Arranjos cadeia do açaí, Amazonbai)	AP
COMARU_ Cooperativa Mista dos Agricultores do Rio Iratapuru/ IRATAPURU	AP
Sul do Amapá- Cajari/Jari	AP
Maranhão - Quebradeiras de Coco Babaçu	MA
Belém e entorno (Ilhas de Belém)	PA
CAMTA_ Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Tomé Açu)	PA
CDS _ Comissão de Desenvolvimento Sustentável de Porto de Moz	PA

TERRITÓRIOS/INICIATIVAS INSPIRADORES	ESTADO
Marajó (Polo produtivo do Açaí e Artesanato)	PA
Região de Integração Baixo Amazonas (ACOSPER_ Cooperativa Agroextrativista do Oeste do Pará / Ecocentro, COOPAFLORA_ Cooperativa Mista dos Povos e Comunidades Tradicionais da Calha Norte, Federação da Flona do Tapajós, PSA_ Projeto Saúde e Alegria)	PA
Região de Integração Baixo Tocantins (Cooperativa Cofruta, CART e arranjos socioprodutivos locais açaí e óleos vegetais)	PA
Região de Integração Xingu (Rede Terra do Meio, Redes Médio Xingu, Rede de Cantinas, PDRS Xingu, Rota do Cacau)	PA
Gurupi - Relatório do Diálogo Florestal Nacional	PA e MA
Projeto Carbono Resex Rio Preto Jacundá (ASMOREX_ Associação de Moradores das Reserva Extrativista Rio Preto Jacundá, Centro de Estudos Rioterra, Biofílica Investimentos)	RO
RECA_ Reflorestamento Econômico Consorciado e Adensado	RO
<ol style="list-style-type: none"> 1. Territórios e iniciativas em andamento com participação social e redes de organização local e inclusão produtiva da Sociobioeconomia 2. Abrangência territorial Amazônia Legal Brasileira 	Observações

Tabela 02

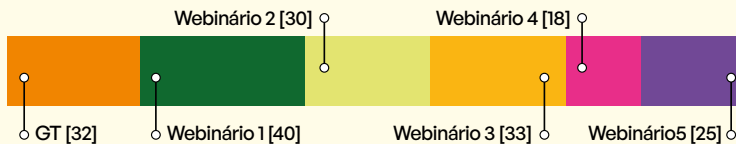
Legenda: Tabela com levantamento de territórios e iniciativas em andamento inspiradoras para modelos de desenvolvimento regional **Fonte:** Arquivo do Subgrupo 03.

Ciclo de Escutas

O subgrupo também fez curadoria de conceitos e métodos de gestão de territórios, em um trabalho que deu origem ao **Ciclo de Escutas para cocriação de metodologias e políticas de gestão de territórios da Sociobioeconomia**. Composto por cinco webinários, o ciclo apresentou conceitos e casos onde os métodos

foram aplicados e abordou desafios e oportunidades encontrados em suas implementações, assim como possibilidades de replicação das metodologias.

Os cinco webinários foram promovidos entre setembro e novembro de 2023 e engajaram cerca de 41 representantes de governos, organizações da sociedade civil, empresas, fundos de investimentos e associações. Muitos compareceram a mais de um webinário.



Legenda: gráfico com a distribuição do número de participantes que participaram de atividades ao longo da jornada do subgrupo. **Fonte:** Biodiversas Lab

O grupo que liderou a curadoria das escutas buscou escolher convidados que pudessem trazer conceitos, premissas, diretrizes e métodos inovadores a partir de distintos pontos de vista e vetores de desenvolvimento. Desta forma foram definidos cinco encontros online, onde cada expositor(a) trouxe uma apresentação, seguida por um momento para reflexões coletivas na sala principal ou em salas de discussão.

Nos momentos de discussão, os facilitadores do subgrupo buscaram registrar percepções dos participantes a partir de duas perguntas centrais:

- 1. Qual vetor de desenvolvimento mais chamou sua atenção na metodologia/experiência de caso apresentada?**
- 2. Qual vetor de desenvolvimento você sentiu falta na metodologia/experiência de caso apresentada?**

As escutas virtuais foram organizadas conforme as temáticas a seguir:



Metodologias de Desenvolvimento Territorial Sustentável

Oficina 01: Metodologias de desenvolvimento local ligadas à biodiversidade e à integração regional.


Oficina 02: Governança local, critérios e fatores de gestão de territórios.

Oficina 04: Tecnologia Social BARCAS, ferramentas para escutas sensíveis de territórios, identificação de vocações territoriais e cocriação de arranjos colaborativos.

Oficina 03: Desenvolvimento local sustentável, ciência aberta e cidadã, inovação social em agendas da sociobiodiversidade e emergência climática | Geopolítica da Biodiversidade Amazônica: fronteira geopolítica da biodiversidade.



Sociobiodiversidade & Ciência Cidadã



Territórios e Polos de Inovação Sociobio Amazônicos: estudos de casos

Oficina 05: Experiência e estudo sobre a Sociobioeconomia e territórios do Pará | Contextos, realidades e requisitos para o desenvolvimento dos territórios sustentáveis da Sociobioeconomia amazônica.

A seguir a sistematização dos cinco webinários organizada em: breve resumo da abordagem apresentada, principais temáticas abordadas, vetores de desenvolvimento que mais chamaram a atenção e, por fim, pontos de atenção que devem ser levados em conta para possíveis desdobramentos relacionados ao modelo de método de gestão territorial para a Sociobioeconomia de florestas.

webinário 01_Método do IPÊ apresentado por Cláudio Pádua⁴

OFICINAS: POLOS DE INOVAÇÃO DA SOCIOBIOECONOMIA

Convidamos os membros do grupo de bioeconomia da Coalizão Brasil e da Uma Concertação pela Amazônia para a primeira etapa do ciclo de escutas e cocriação de Métodos de Gestão de Territórios para SocioBioeconomia

Assista aqui: bit.ly/metodologiapolos

Este convite é intransferível

13/09 - 9h às 10h30
PROF. CLAUDIO VALLADARES PADUA
PhD, Coordenador de Bionegócios do IPÊ - Instituto de Pesquisas Ecológicas

27/09 - 9h às 10h30
RENA CHAVES e GRAZIELA AZEVEDO
Pesquisadoras do Programa de Desenvolvimento Local do FGVces

COALIZÃO BRASIL (UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA)

UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA

PPA PARQUES PELA AMAZÔNIA

Resumo da abordagem apresentada:

A metodologia do IPÊ, o Instituto de Pesquisas Ecológicas, trouxe um modelo de conservação da biodiversidade que, desde 1992, tem inovado, juntamente a parceiros e organizações locais, na gestão de paisagens por meio de ciência, educação e negócios

sustentáveis, criando um ecossistema de restauração e desenvolvimento territorial sustentável que iniciou suas atividades no extremo oeste paulista na região do Pontal do Paranapanema e hoje atua em diversos territórios nos biomas Mata Atlântica, Cerrado, Pantanal e Amazônia.

Principais temáticas e conceitos abordados e vetores de desenvolvimento destacados:

O método tem o amparo da ciência, como base estruturante para a construção dos processos. Foi apresentado um **modelo integrado de conservação e desenvolvimento sustentável**, a partir de uma abordagem de Bioeconomia focada em conservação da biodiversidade, recomposição de paisagens e uso de mecanismos participativos para gestão territorial e cocriação de negócios comunitários. O modelo foi sistematizado em 6 etapas:⁵ Biologia das Espécies, Educação Ambiental, Conservação de Habitat, Envolvimento Comunitário e Desenvolvimento Sustentável,

4. [Link para video do webinar 01](#)

5. Modelo IPÊ: <https://ipe.org.br/estrategias/>

Conservação da Paisagem, Influenciar Políticas Públicas e 2 eixos transversais Pesquisa e Participação.

Uma das ferramentas utilizadas no Caso apresentado foi o **“Mapa dos Sonhos”**, na qual comunidades, produtores rurais, profissionais que atuam em órgãos públicos e pesquisadores de outras instituições reúnem desejos e traçam ações prioritárias com o objetivo de formar corredores de vida no Pontal do Paranapanema. Assim, iniciou-se um plano de gestão de paisagens, equilibrando ganhos econômicos com manutenção de serviços ecossistêmicos e conservação de espécies ameaçadas. Esta é uma região emblemática para conquistas da conservação brasileira - nela foi redescoberto o mico-leão-preto, espécie dada como extinta e que, através do modelo de gestão integrada, conseguiu a mudança na categoria de espécie “criticamente ameaçada” para “ameaçada”.

O método apresentado também aborda elementos de políticas públicas, como a utilização de instrumentos jurídicos. Diante da exigência legal de que todas as fazendas tenham uma reserva legal (RL), o IPÊ firmou **acordos de parceria com fazendeiros locais para a recomposição de RLs em áreas prioritárias, embasadas em pesquisa científica e adequação legal**. Foram utilizadas tecnologias de monitoramento geoespacial com onças e micos, identificando a potencialização de fluxo gênico e áreas prioritárias de restauração e conservação para 28 espécies vulneráveis e três criticamente ameaçadas de extinção no Pontal do Paranapanema.

Um modelo inovador de conservação e gestão territorial foi criado e implementado com fazendeiros, assentamentos e o poder público, aliando distintas estratégias de recomposição de RL em fazendas, implantação de ilhas agrofloretais em assentamentos e a criação de unidades de negócios locais, como viveiros comunitários, bancos de sementes e empresas de reflorestamento, adotando tecnologias consagradas para plantio de eucalipto,

mas adaptadas à restauração e plantio de nativas para atender à demanda de reflorestamento em larga escala.

Este modelo se transformou no **caso do maior corredor de vida do Brasil**, cuja implementação foi viabilizada por uma parceria com a Biofíllica Ambipar através da venda de créditos de carbono. Hoje **já são 12 quilômetros de florestas e mais de 2,3 milhões de árvores em corredores verdes, com o potencial de sequestrar 29 milhões de toneladas de CO₂e em 50 anos, por meio da restauração de 75 mil hectares de áreas degradadas.**

Um dos aspectos mais relevantes destacados pelos participantes do webinar após a exposição de Cláudio Pádua sobre o método IPÊ se refere à presença continuada no território - uma rede local foi criada ao longo de 30 anos de processos de educação ambiental e de engajamento de múltiplos atores. Esse envolvimento tem sido conquistado com o uso de mecanismos participativos. Gerações foram educadas pela ação no território. Jovens locais, netos de pessoas que trabalhavam no desmatamento, hoje são empreendedores de viveiros e empresas do mercado da restauração.

Vetores de desenvolvimento destacados

- Decisões orientadas pela ciência
- Integração à conservação da biodiversidade com o desenvolvimento socioeconômico local
- Educação Ambiental e Engajamento Comunitário
- Utilização Estratégica da Legislação Ambiental
- Parcerias Estratégicas Colaborações Multissetoriais
- Presença Continuada no Território
- Mecanismos Financeiros e Incentivo Econômico para Conservação via Créditos de Carbono

Sugestões, pontos de atenção e aspectos faltantes apontados pelos participantes nas salas de discussão.

Questões Fundiárias

- Complexidade de Negociações Territoriais e Fundiárias: os desafios enfrentados pelo IPÊ nas negociações com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e na regularização fundiária ilustram a complexidade de lidar com questões de posse e uso da terra. Estes desafios destacam a necessidade de uma gestão cuidadosa e estratégica das relações comunitárias e dos direitos territoriais para garantir a viabilidade de longo prazo dos projetos de conservação.
- Resistências Locais e Políticas: a experiência de enfrentar resistências locais e a necessidade de adaptar estratégias às realidades políticas e sociais sublinham a importância de desenvolver capacidades de negociação e adaptação em projetos de gestão territorial.

Importância do Planejamento

- Necessidade de Planejamento Estratégico e Documentação Preparada: a história de como a Estação Ecológica Mico Leão Preto foi rapidamente estabelecida graças à disponibilidade de planos pré-elaborados enfatiza a importância de estar sempre preparado para aproveitar oportunidades emergentes. Isso sugere que polos de inovação bem-sucedidos devem manter planejamentos flexíveis, porém detalhados, e estar prontos para agir quando surgirem oportunidades.

webinário 02_Programa de Desenvolvimento Territorial do FGVces⁶

OFINAS: POLOS DE INOVAÇÃO DA SOCIOBIOECONOMIA

Convidamos os membros do grupo de bioeconomia da Coalizão Brasil e da Uma Concertação pela Amazônia para a primeira etapa do ciclo de escutas e cocriação de Métodos de Gestão de Territórios para Socioeconomia

13/09 - 9h às 10h30
PROF. CLAUDIO VALLADARES PADUA
PhD, Coordenador de Bionegócios do IPE - Instituto de Pesquisas Ecológicas

27/09 - 9h às 10h30
KENA CHAVES e GRAZIELA AZEVEDO
Pesquisadoras do Programa de Desenvolvimento Local do FGVces

Assista aqui:
bit.ly/metodologiapolos

Este convite é intransferível

COALIZÃO BRASIL
UMA ALIANÇA
E INOVADORA

UMA CONCERTAÇÃO PELA
AMAZÔNIA

PPA PARCERIAS
PELA AMAZÔNIA

Resumo da Oficina:

A Escuta 02 trouxe as pesquisadoras Kena Chaves e Ana Coelho para apresentar a abordagem que vem sendo utilizada pelo Programa de Desenvolvimento Territorial do FGVces. Elas destacam que há 17 anos o programa vem atuando com pesquisa aplicada, desenvolvendo abordagem territorial

para a construção de governança e estratégias de desenvolvimento local em territórios atingidos por grandes empreendimentos, especialmente na Amazônia. As falas de Kena Chaves e Ana Coelho destacam o compromisso do programa em pesquisar e implementar estratégias que promovam a autonomia e justiça nas cadeias de produção e distribuição, particularmente para agricultores familiares e comunidades afetadas por grandes empreendimentos.

Vetores de desenvolvimento destacados

1. Diretrizes para territórios impactados por grandes obras.

- Construção de diretrizes para grandes obras na Amazônia em parceria com instituições locais e internacionais.
- Importância de fortalecer capacidades locais antes da chegada de grandes empreendimentos.

6. [Link do vídeo do webinar 02](#)

2. Cocriação e Implementação da Agenda de Desenvolvimento Territorial:

- Experiências durante a pandemia, adaptando-se a métodos virtuais e presenciais para engajar comunidades.
- A construção coletiva da Agenda de Desenvolvimento Territorial da BR-319,⁷ enfatizando o protagonismo local e a intersetorialidade.

3. Desenvolvimento Local e Governança Territorial:

- Pesquisa aplicada em territórios amazônicos.
- Estratégias para o desenvolvimento local em áreas afetadas por grandes projetos de infraestrutura, como mineração e hidrelétricas.
- Busca por um equilíbrio de poder, transparência e fortalecimento das redes da sociedade civil.

4. Fortalecimento e Sustentabilidade nas Cadeias de Valor:

- Foco no fortalecimento de práticas sustentáveis nas cadeias de valor.
- Projetos centrados no protagonismo do agricultor familiar e na redução das assimetrias de poder nas cadeias de produção.

5. Abordagens e Ferramentas de Intervenção:

- Uso de painéis de monitoramento, indicadores, modelos de desenvolvimento e redes de trabalho.
- Discussão sobre a governança dos territórios e as interações entre o licenciamento ambiental e políticas de desenvolvimento territorial.

7. [Agenda de Desenvolvimento Territorial FVGces](#)

6. Experiências e Projetos Específicos:

- Projetos em Juruti (mineração), Belo Monte (hidrelétrica) e BR-319 (rodovia), e suas influências no desenvolvimento local e governança.
- Estratégias para ampliar a participação social e a capacidade local através de diversas formas de engajamento comunitário e institucional.

7. Perspectivas:

- Reflexões sobre como ampliar e melhorar estratégias de desenvolvimento que respeitem as especificidades culturais e ambientais da Amazônia.
- Discussão sobre o papel da bioeconomia como novo paradigma para o desenvolvimento da região.

Sugestões, pontos de atenção e aspectos faltantes apontados pelos participantes nas salas de discussão.

- **Saúde:** surgiram algumas dúvidas sobre como a bioeconomia pode estar vinculada à Saúde Única e contribuir para a promoção de saúde. Também foi destacada a necessidade das devolutivas e formas adequadas de fazê-las.
- **Protagonismo das vozes dos territórios:** Foi questionado como ter vozes protagonistas em todas as etapas de construção das agendas de desenvolvimento territorial. Sentiu-se falta da presença ou menção das vozes como protagonista das falas do território na narrativa da apresentação.
- **Comunicação:** pontuou-se a necessidade de conectividade e possíveis estratégias para superar as questões de dificuldade de comunicação, como a chegada de antenas Starlink nos territórios e programas de inclusão digital básica.

- **Mecanismos financeiros e educação financeira das comunidades:** houve sugestões para criação de um Plano Sociobio inspirado no Plano Safra, com investimento e direcionamento estratégico do país para as cadeias de valor ganharem capacidade “competitiva” e relevância diante dos mercados da pecuária extensiva, monocultura agrícola ou até em relação aos mercados ilegais. Também destacou-se a necessidade de contar com programas de educação financeira, dando capacitação e maturidade para que os agentes locais lidem com acesso a crédito e outras soluções emergentes.
- **Investimentos:** o principal ponto de questionamento levantado pelos participantes referiu-se à ausência de uma estratégia estruturada de investimentos, ressaltando que não há como trabalhar a emancipação de regiões e territórios sem inovação em modelos de negócios, arranjos socioprodutivos e investimento em infraestrutura e tecnologia.
- **Renda:** sentiu-se falta, na exposição de exemplos e resultados, da abordagem do aspecto econômico e de apontamentos sobre soluções para a geração e a diversificação de renda.



webinário 03: Sarita Albagli⁸



Resumo da Oficina:

O encontro discutiu a relação entre bioeconomia, gestão territorial e inovação, com foco no desenvolvimento de territórios da socioeconomia. Foram abordados conceitos de território e territorialidade, transformações na Amazônia, desafios socioambientais, inovação em territórios sustentáveis. Foram levantados caminhos e conceitos para a criação de estratégias para o desenvolvimento de uma política de socioeconomia que integre as vozes dos territórios, dinâmicas de fluxos e vocações territoriais dentro de uma abordagem da Geopolítica da Biodiversidade Amazônia.

Principais temáticas e conceitos abordados e vetores de desenvolvimento destacados

O webinar de Sarita Albagli trouxe profundas reflexões e provocações conceituais, partindo de questionamentos de conceitos como Polos de Inovação e Escala. A pesquisadora propôs uma perspectiva inversa de fomento às “aglomerações territoriais produtivas”, onde pequenos articulados compõem o novo conceito de grande. Para isso, resgata pensadores como Milton Santos, Bertha Becker e Elinor Ostrom, evocando abordagens territoriais numa dimensão da geopolítica, de territórios vivos, dotados de fluxos e relações horizontais e verticais.

Sarita instigou reflexões sobre os atores essenciais para a manutenção dos fluxos territoriais e destacou a importância de pensar

8. [Link do vídeo do webinar 03](#)

o desenvolvimento territorial com base na escuta desses fluxos e agentes, em vez de na replicação de modelos. Ela propôs ouvir os modelos existentes, que emergem das próprias “lógicas territoriais”, e ressaltou que, embora não haja consenso, existem acordos simbióticos nesses territórios.

Ela questionou, ainda, o conceito de Inovação e sua relação com o território: “Não necessariamente é o novo que é inovar, mas sim, às vezes, a apropriação de algo antigo, uma atualização do ancestral, uma adequação a novos contextos”. Desta forma, propôs como podem ser desenvolvidas novas práticas, desenhos institucionais, produtos e processos, a partir da interação e escuta ativa entre os atores e fluxos. Aqui, trouxe conceitos como **coinovação, inovação aberta, dinâmicas de experimentação e aprendizado e conhecimento tácito**, ressaltando que esses conhecimentos não se capturam e não se plasmam exatamente em dados.

Sarita trouxe uma fala bastante conceitual e crítica, com uma abordagem territorial cosmopolítica que não busca o consenso, mas sim acordos simbióticos, com os atores e todos os seus conflitos. Considerou um mundo onde todos estão implicados e engajados e destacou que não é algo que chega de fora para dentro e de um modelo, mas de modelos de desenvolvimento territorial que emergem baseados no envolvimento real, onde todos estão implicados. Múltiplos mundos vivendo num território, em diversas camadas. Outro conceito central trazido foi a dimensão de rede e de território como campo de muitos encontros e desencontros. E as redes como os pontos de convergência que dão densidade, informação e fluxo para os territórios.

Conceitos Centrais Abordados:

- 1. Território e Territorialidade:** definição de território e suas relações de poder. Importância da territorialidade e identidade. Discussão sobre fronteiras e limites territoriais

- 2. Ciência aberta⁹ e Ciência Cidadã:** buscam democratizar o conhecimento e envolver a sociedade na pesquisa. A Ciência Aberta promove acesso livre a dados e resultados, incentivando transparência e colaboração. A Ciência Cidadã envolve cidadãos na pesquisa, desde a coleta de dados até a análise, aumentando a inclusão e o engajamento público. Essas abordagens enriquecem a ciência e sua relevância social.
- 3. Transformações na Amazônia:** mudanças estruturais na Amazônia nas décadas de 70 e 80. Emergência de novas territorialidades e organização da sociedade civil. Passagem de uma era fordista para uma era de novas tecnologias e inovação.
- 4. Desafios e Conflitos Socioambientais:** conflitos de apropriação e uso do território. Importância da justiça socioambiental. Necessidade de uma abordagem democrática e inclusiva. Inovação e Territórios Sustentáveis. Relação entre inovação e desenvolvimento territorial. Importância da inovação social, política e técnica. Desafios de implementar políticas de inovação em territórios diversos.

Sugestões, pontos de atenção e aspectos faltantes apontados pelos participantes nas salas de discussão.

Após a exposição da pesquisadora, houve diversos questionamentos sobre como incluir a dimensão econômica nesta equação. Os participantes sentiram falta de exemplos e reflexões sobre como esta abordagem considera e integra a dimensão econômica.

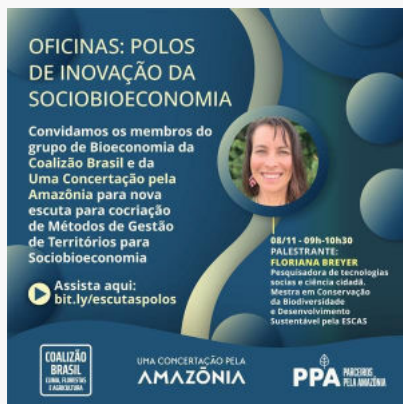
Também surgiram dúvidas de quais ferramentas e/ou métodos poderiam gerar e/ou identificar as simetrias entre conhecimentos, além de sugestões relacionadas a modelos e governança.

-
- 9. Plataforma referenciada durante exposição:** <https://www.civis.ibict.br/pt-br/>

Outras dúvidas levantadas abordaram questões como modos de lidar com fatores exógenos, reflexões sobre a inclusão de jovens no modelo, entendimento sobre as dores do território e como interagir com ele de forma afetiva, levando em conta vivências e a compreensão de subjetividades.



webinário 04: Tecnologia Social BARCAS por Floriana Breyer¹⁰



Resumo da Oficina:

A quarta oficina foi dedicada à apresentação de uma Tecnologia Social (TS) desenvolvida por Floriana Breyer, dentro de uma abordagem de Ciência Cidadã e Arte Ciência, com o objetivo de propor estratégias de interação com territórios, com foco em mapeamentos

participativos, identificação de vocações territoriais e cocriação de inovações coletivas para alavancar a Sociobioeconomia a partir da escuta sensível de territórios.

A convidada trouxe a questão da necessidade urgente do desenvolvimento de novas linguagens e formatos de comunicação para interação e engajamento com os territórios - estratégias que respeitem e honrem a ancestralidade e sejam inovadoras para potencializar o engajamento intergeracional dos agentes locais.

Batizada de BARCAS,¹¹ a TS foi recentemente apresentada como produto final¹² do mestrado em conservação da biodiversidade e desenvolvimento sustentável da ESCAS/IPÊ, compilando e testando estratégias lúdicas e criativas para jornadas de aprendizagem e mapeamento participativo juntamente a comunidades tradicionais e agentes estratégicos em territórios estratégicos e sociobiodiversos.

10. [Link do video do webinar 04](#)

11. www.barcasregenerativas.com.br

12. [Dissertação de Mestrado em PDF](#)

Principais temáticas abordadas e vetores de desenvolvimento destacados:

- 1.** Ciência Aplicada, Ciência Cidadã: metodologia de geração de dados empíricos a partir de diálogos e vivências, inclusão dos agentes locais como colaboradores da pesquisa. Processo dialógico entre teoria e prática, processo vivencial e analítico. Intercâmbio de saberes acadêmicos e tradicionais.
- 2.** Metodologia de Escuta e Engajamento Comunitário: Floriana apresentou uma metodologia interativa que desenvolveu durante seu mestrado, que combina ferramentas de mapeamento, cartografias afetivas e processos participativos. Essa abordagem visa facilitar a escuta sensível dos territórios, promovendo uma troca genuína de conhecimentos e valorização das práticas tradicionais.
- 3.** Flexibilidade e Adaptabilidade a distintos contextos: partes da metodologia já vêm sendo implementadas há 10 anos em comunidades de distintos biomas, mas a metodologia completa teve uma implementação piloto em comunidades do norte da Foz do Rio Doce, território em constante disputa e altamente impactado por grandes empreendimentos de mineração, monocultura de eucalipto e petroleiras. Estas condições facilitaram a identificação de desafios, oportunidades e potenciais vocações territoriais. Floriana destacou o caráter flexível e customizável da metodologia para adaptar-se às necessidades de cada contexto.
- 4.** Caráter lúdico e interativo das ferramentas e estratégias: a apresentação detalhou o uso de diversas ferramentas, como jogos, mapas interativos e cartas temáticas, que servem para engajar os participantes e estimular discussões produtivas sobre desenvolvimento territorial e conservação.

5. Linguagem acessível para diferentes públicos e idades, e fomento à construção de vínculos afetivos: destacou-se a linguagem visual afetuosa e o caráter multicultural e intergeracional, buscando enfatizar a relevância da cultura, da arte e da ancestralidade para diálogos e práticas de planejamento e gestão territorial. A metodologia propõe como esses elementos podem ser integrados em estratégias de escuta e cocriação de planos de ação que emergem a partir dos territórios, fortalecendo a autoestima, as redes e a identidade cultural, e favorecendo o desenvolvimento de capacidades e inovações contextualizadas e coletivas. O tabuleiro traz inclusive o conceito de InovAções coletivas.

Sugestões, pontos de atenção e aspectos faltantes apontados pelos participantes nas salas de discussão:

Os participantes trouxeram valiosas contribuições para a discussão após a apresentação. O tema da Saúde foi novamente lembrado, trazido aqui como a economia do cuidado. Destaca-se a provocação: “Como a gente traz um pouco esses termos do cuidado com a saúde para a sociodiversidade com olhar para os territórios? Como a Sociobioeconomia pode integrar a economia do cuidado? Fala-se muito em empoderar as comunidades, os territórios, do ponto de vista econômico, mas não do ponto de vista da economia da saúde, da economia do conhecimento. E elas têm um grande potencial regenerativo e também de geração econômica para os territórios.”

Novamente foi trazida a questão de como apoiar na geração de modelos que impactam no vetor de desenvolvimento econômico para os territórios.

webinário 05: Francisco de Assis Costa¹³

OFICINAS: POLOS DE INOVAÇÃO DA SOCIOBIOECONOMIA

Convidamos os membros do grupo de Bioeconomia da Coalizão Brasil e da Uma Concertação pela Amazônia para nova escuta para cocriação de Métodos de Gestão de Territórios para Sociobioeconomia

Assista aqui: bit.ly/escutaspolos

22/11 - 9h - 10h30
PALESTRANTE:
FRANCISCO DE ASSIS COSTA
Professor Titular da UFPA, no PPG em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Unido do NAEA e no PPG em Economia da Faculdade de Economia, além de Pesquisador da Brasileira UFPA e Membro do Painel Científico para a Amazônia da UNSDSN-ONU.

COALIZÃO BRASIL
UMA CONCERTAÇÃO PELA AMAZÔNIA
PPA PROCEBOS PELA AMAZÔNIA

Resumo da Oficina:

Francisco Costa, conhecido como Chiquito, abriu sua palestra destacando a complexidade e a tensão que acompanham a discussão sobre bioeconomia e inovação tecnológica, especialmente no contexto do Pará. Ele apresentou estudos que vem desenvolvendo relacionados ao

mapeamento das interações continuadas nos territórios.

O pesquisador propõe análises estatísticas e a criação de mapas com as visualizações das trajetórias tecnológicas existentes no uso da terra, além das consequentes dimensões da pressão econômica que exercem sobre ela, o que pode levar comunidades e povos tradicionais a uma posição de risco.

Chiquito, assim, retrata a interação com os territórios a partir da análise das interações continuadas e o uso do solo - ou seja, os modos de vida que convivem simultaneamente nos territórios, competindo entre si.

Chiquito menciona seis trajetórias: T1, T2, T3, T4, T5 e T6. A primeira diz respeito aos componentes de agricultura especializada e convergência para especiação agrícola. A segunda, aos componentes com sistema agroflorestais. A trajetória 3 aborda os componentes pecuaristas A T4, à patronal pecuária, a quinta à patronal permanentes de silvicultura e a T6, à patronal grãos.

Ele apresenta como as trajetórias concorrem entre si e se expandem e retraem, disputando o modelo agrícola e o modelo de ren-

13. [Link do video do webinar 05](#)

da dos territórios. Chiquito ressalta, então, a necessidade de uma estratégia para que a inovação possa beneficiar trajetórias - ou seja, a necessidade de um aparato estratégico de inovação para fornecer tecnologia favorável às trajetórias desejáveis.

O pesquisador defende que é preciso ter uma pauta de inovação para analisar e propor as tecnologias necessárias para favorecer essas trajetórias desejadas. E aponta que a lógica política potencial é favorecer cada vez mais os SAFs. Ele destaca que a **trajetória dos camponeses com sistemas agroflorestais é uma dinâmica que tem bastante relevância** na história da Amazônia e **na conservação da floresta**.

Chiquita analisa **legado que essa dinâmica econômica deixa para os territórios, com florestas plantadas, floresta em pé, serviços ecossistêmicos, soberania alimentar e potencial ainda inexplorado para desenvolvimento da Bioeconomia**. No webinar, o pesquisador mostrou sua análise baseada nos mapas dessas dinâmicas, dos fluxos dessas concorrências nos territórios e como eles vão revelando o domínio dos territórios. Isso evidencia as trajetórias dominantes e a relação dessas concorrências com base em dados e análises estatísticas..

O pesquisador traz uma crítica e uma provocação: “Como se está estruturando esse aparato estratégico de inovação e quais são essas rotas desejáveis? Pois é necessário mudar o curso para rotas reconstitutivas, que garantam a funcionalidade sistêmica do bioma. Pois na concorrência estão várias trajetórias que estão impedindo a garantia dessas funcionalidade sistêmicas, que estão desagregando o território, colonizando-o e destruindo-o. E nós estamos perdendo o bioma.” E é necessário retrair as rotas reconstitutivas para que essas funcionalidades do bioma amazônico sejam garantidas juntamente com toda a funcionalidade ecológica, a biodiversidade e o bem-estar social dos povos.

Principais temáticas abordadas e vetores de desenvolvimento destacados

- **Estrutura e Desafios Conceituais:** Chiquito falou sobre os desafios de criar uma estrutura conceitual integrada que combine teoria e prática. Ele mencionou seu trabalho em configurar um centro de inovação para a bioeconomia, refletindo sobre a necessidade de um planejamento mais concreto e direcionado.
- **Complexidade das Trajetórias Tecnológicas e Dinâmicas de Concorrência:** A apresentação detalhou como as trajetórias tecnológicas se desenvolvem no espaço rural da Amazônia, destacando a importância de entender as dinâmicas produtivas complexas e suas interações com estruturas econômicas e sociais.
- **Mapeamentos, dados e análises estatísticas:** Chiquito utilizou mapas para explicar como diferentes práticas e tecnologias se manifestam territorialmente. Ele discutiu como os dados ajudam a ilustrar a convergência de práticas produtivas e a formação de padrões tecnológicos.
- **Desenvolvimento Sustentável:** Ele abordou a necessidade de inovação que não apenas responda às demandas de mercado, mas que também considere as especificidades territoriais e culturais, promovendo um desenvolvimento que respeite a diversidade biológica e cultural da região.
- **Educação e Reflexão Crítica:** A palestra também tocou na importância de uma abordagem educacional e crítica que prepare os participantes para entender e enfrentar os desafios complexos da gestão territorial e da bioeconomia na Amazônia.

Sugestões, pontos de atenção e aspectos faltantes apontados pelos participantes nas salas de discussão.

Algumas perguntas e comentários surgiram após a apresentação, buscando aprofundar a reflexão sobre a dinâmica dos mercados de commodities versus as rotas alternativas apresentadas baseadas na diversidade e tendo os SAFs como a grande referência. Foram citados exemplos como o do Açaí que, apesar de ser um ingrediente local, está adotando uma estratégia de monocultura e lógica de mercado de commodities. Aqui surgiram perguntas como “O que o ciclo, a trajetória da borracha pode ensinar para o açaí?”. Também foram trazidas provocações em relação a conceitos como camponês, campesinato e campo. Foi questionado se essas categorias de fato são as mais adequadas para tratar das características da base material e da estrutura social presentes na Amazônia.

Outro questionamento interessante surgiu em relação à ideia de que as trajetórias tecnológicas e de inovação concorrem entre si. Foram levantados outros conceitos, como trajetórias em disputa que poderiam dar mais conta da dimensão territorial, quando existem práticas, trajetórias e modos de existência que não estão bem concorrendo no mercado, e sim o disputando, em um conflito com as formas de significação desse território que não se reduz a uma concorrência mercantil. Sugeriu-se que elas não estão concorrendo necessariamente entre si, mas que foram de fato invisibilizadas, muitas vezes por meio da força. Ressaltou-se que essas disputas territoriais hoje estão sendo revitalizadas por uma série de aspectos que têm a ver com a dimensão da crise ambiental e socioambiental planetária.

Por fim foi sugerida uma reflexão sobre como os diversos momentos da trajetória do capitalismo têm repercutido na Amazônia - do capitalismo mercantil ao de exploração e de comercialização das drogas. Há um capitalismo fordista, que vai explorar os potenciais

de geração de energia. Existe, ainda, um capitalismo do conhecimento que, como descreveu Berta Becker, aborda a exploração do capital natural de realização futura, através de pesquisa, desenvolvimento e inovação, mas também de um capitalismo financeiro, que usa o mercado de carbono, por exemplo, como um ativo nos mercados financeiros globais.

Esta série de encontros virtuais compõe a jornada de aprendizagem do subgrupo. No seguinte capítulo podem ser encontradas as principais conclusões.



CONCLUSÕES



O Subgrupo “Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia” teve como objetivo central **alinhar conceitos e identificar polos regionais de referência em gestão territorial**, com foco em Sociobioeconomia na Amazônia Legal brasileira. A expectativa é de que este relatório, produzido com base nas discussões do Subgrupo, sirva de insumo para subsidiar a construção de políticas públicas focadas na promoção de um desenvolvimento territorial que integre ciência acadêmica e conhecimentos tradicionais. Este trabalho, assim, contribuiria para a expansão de territórios de inovação em Sociobioeconomia na Amazônia a partir de um olhar de fortalecimento de iniciativas pioneiras e inovadoras já em andamento.

O Subgrupo, ativo entre 2022 e 2023, atuou para debater temas como o potencial inexplorado da região amazônica, a invisibilidade das populações e iniciativas locais e, sobretudo, a ausência de uma estratégia nacional que desenvolva polos de inovação a partir da integração de investimentos econômicos, acadêmicos e de infraestrutura.

Ao longo do processo de escuta, muitos **conceitos foram levantados e outros questionados, entre eles a própria definição de Polos e as dimensões de Inovação e Escala**, com base na literatura de Milton Santos, Bertha Becker e Elinor Ostrom. O ciclo de escutas evocou em distintas medidas a dimensão territorial descrita por Santos, que aborda um território em processo, dotado de formas-conteúdo, socioterritorial e socioespacial. Trata-se, assim, de território tridimensional, um campo de forças coabitado pela diversidade biológica e cultural, composto pela diversidade geológica, hidrográfica e sociopolítica. Um campo de convergência do passado e do futuro, e no presente no qual operam as possibilidades.

Uma das premissas principais do subgrupo foi manter-se permeável e atento às críticas e sugestões, e cada escuta foi originando diversas reflexões e desdobramentos. Entre eles o próprio nome do Subgrupo foi sendo questionado, tendo iniciado

como **“Polos de Excelência”**, passando para **“Polos Regionais: Desenvolvimento Territorial para Polos de Sociobioeconomia Florestal”**, depois para **“Desenvolvimento Territorial e Polos de Inovação”**, e ao final rebatizado de **“Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia”**.

O Subgrupo, através das atividades propostas, buscou **ênfaticamente a necessidade da criação e/ou aprimoramento de metodologias e políticas públicas de gestão territorial** eficazes para impulsionar o desenvolvimento da Sociobioeconomia na Amazônia. As conclusões destacam a importância de abordar a gestão territorial com uma perspectiva de longo prazo. O Subgrupo trouxe alguns exemplos de esforços atuais, visando desenvolver uma abordagem brasileira que respeite as peculiaridades, demandas e vocações de seus territórios.

Na jornada do Subgrupo destacou-se o **potencial de colaboração entre organizações estratégicas atuantes em redes como a Coalizão, Concertação e PPA**, e os bons resultados oriundos da integração entre FT Bioeconomia da Coalizão e o GT de Bioeconomia da Concertação.

Em relação à perspectiva de desenvolvimento de um modelo de gestão territorial, faz-se necessário **fortalecer processos de construção colaborativa, de escuta ativa e coprodução de inovação**, garantindo que as metodologias desenvolvidas ou adaptadas sejam apropriadas e eficazes para a região e estejam sempre abertas a customizações e adaptações conforme os territórios escolhidos.

Também demonstrou-se urgente a necessidade de **desenvolver novas linguagens e formatos inclusivos** para garantir a participação efetiva e apropriação dos conceitos por parte das comunidades tradicionais e dos agentes dos territórios.

Outro ponto extremamente relevante aponta para a necessidade de **novos modelos econômicos e mecanismos financeiros** que

viabilizem estas novas matrizes de desenvolvimento. Durante as escutas dos métodos, este foi o elemento sinalizado como ponto de atenção que merece ser melhor explorado em futuras escutas e possíveis desdobramentos, uma vez que, sem isso, não há como existir emancipação territorial. Todo e qualquer modelo que não abarque essa dimensão acabará inviável e não será capaz de competir com os grandes modelos de desenvolvimento predatório.

Algumas pistas foram trazidas pelos casos, iniciativas e projetos analisados e mencionados ao longo da jornada, como os mercados de carbono atrelados a projetos de restauração ecológica e o fomento à economia da restauração, que ocorreria a partir da criação de empresas locais para atender à demanda do setor, gerando emprego e renda, e de modelos de negócio de viveiros comunitários.

A partir das escutas realizadas, o Subgrupo ressaltou a necessidade de **estruturar estratégias que fortaleçam as organizações de base** e as iniciativas que já estão nos territórios, encorajando as redes de Inovação a irem além da criação de Polos de Inovação. Através dessa provocação, o **Subgrupo propõe a inovação de métodos de impulsionamento das aglomerações territoriais,¹⁴ com base nas interações continuadas nos territórios.¹⁵** Este processo, inspirado pelo professor Chiquito, levaria ao **investimento na multiplicação de tecnologias inovadoras que contribuam para o avanço da Bioeconomia.**

É fundamental, ainda, que as estratégias descritas estejam alinhadas à **mecanismos de investimento que concorram com práticas degenerativas** que seguem avançando sobre os territórios do bioma amazônico.

O investimento na disseminação destas tecnologias inovadoras

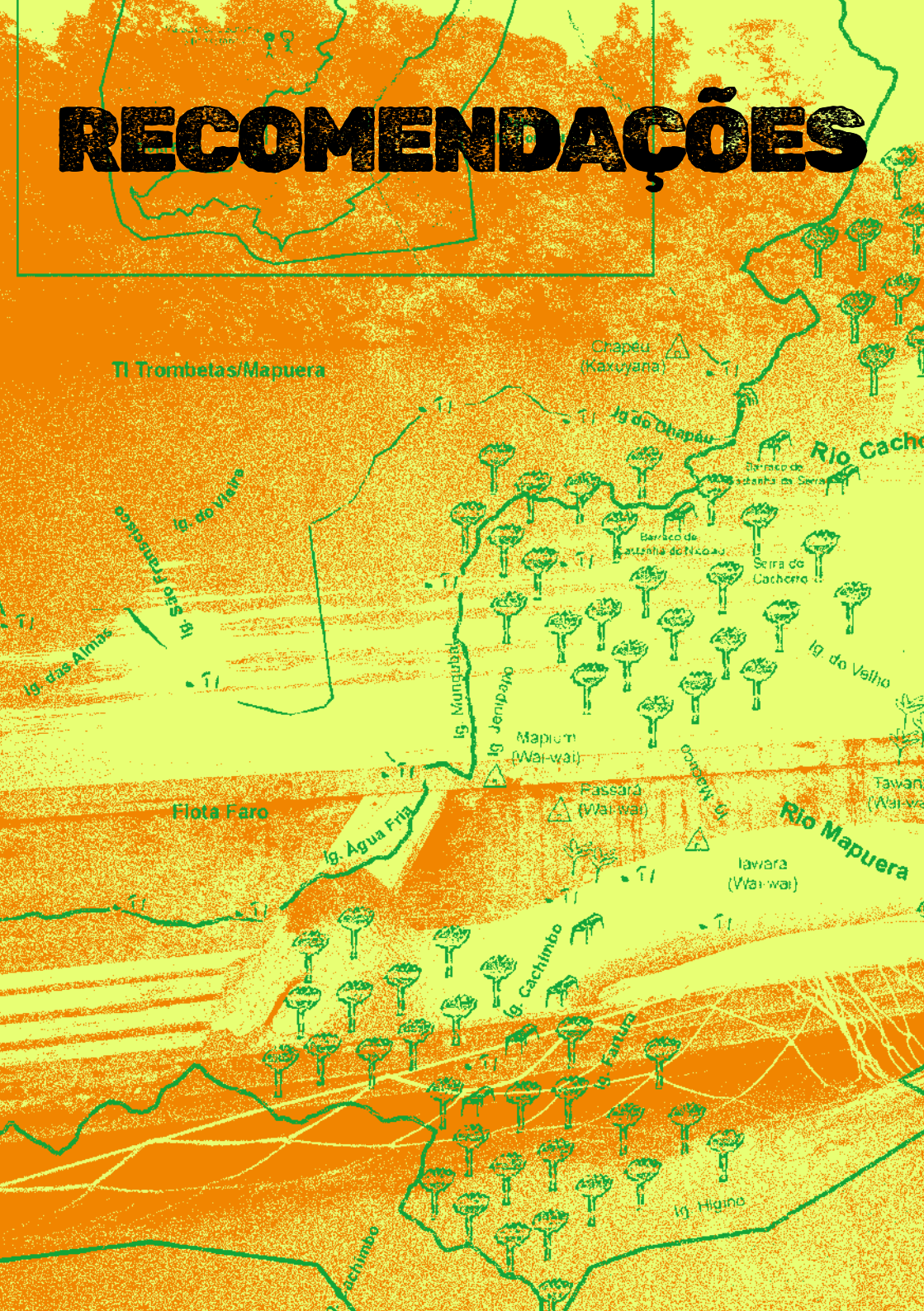
14. Conceitos trazidos pela professora Sarita na escuta 03.

15. Conceitos trazidos pelo Professor Chiquito na escuta 04.

certamente contribuirá para a **funcionalidade ecológica, a conservação da biodiversidade e o bem-estar social dos amazônidas** e, dada a importância geopolítica e ecológica da Amazônia, para toda a humanidade.



RECOMENDAÇÕES



Concluído o trabalho do Subgrupo e considerando mudanças no planejamento dos grupos de Bioeconomia da Coalizão e da Concertação, a agenda conjunta finalizou seu ciclo de atividades. A partir deste passo, as redes têm mantido pontos de contato contínuos para garantir coordenação entre as ações, de modo a potencializar os resultados no avanço da agenda de Bioeconomia no país.

Baseado no exitoso esforço conjunto de integração, **este documento é uma das evidências da força do trabalho conduzido de maneira coletiva por redes**. As articulações promovidas pelo Subgrupo culminaram em **novas abordagens, fortaleceram eles e resultaram em parcerias e em projetos concretos**. Tanto de maneira individual, quanto na conexão das redes, os participantes deste esforço seguem tecendo oportunidades conectadas aos objetivos centrais do Subgrupo.

Vale reforçar que estas forças conjuntas encontram um ambiente favorável de aproximação a governos atuais, tanto no âmbito federal como junto a alguns estados, o que apresenta horizontes concretos à estruturação de políticas para Bioeconomia e Sociobioeconomia. Atualmente, 16 ministérios e diversas ações regionais estão articulando programas e políticas para desenvolver suas agendas em confluência com a construção da Política Nacional de Bioeconomia.

Desta forma, organizamos cinco recomendações:

I. Conexão e apoio às Políticas Nacionais e Estaduais de Bioeconomia e Sociobioeconomia em desenvolvimento. Destaca-se abaixo algumas iniciativas de governos que têm relação direta com a discussão realizada no escopo deste Subgrupo e que merecem ser olhadas com atenção para potencialização de convergências futuras e parcerias. Elas podem inspirar estratégias para criação e implementação de políticas públicas e métodos de gestão voltados aos territórios sustentáveis de inovação em Sociobioeconomia:

1. A Secretaria de Bioeconomia do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) coordena a elaboração da **Estratégia Nacional de Bioeconomia, que inclui a construção do Plano Nacional de Bioeconomia**, tendo como um dos eixos o **Plano Nacional da Sociobioeconomia**. Na agenda de Bioeconomia, a Coalizão Brasil integra, desde abril de 2024, um consórcio liderado pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), com participação da The Nature Conservancy Brasil e do Instituto Arapyauú. O trabalho, realizado a partir do apoio do UK Pact, um programa do governo do Reino Unido voltado a projetos de combate às mudanças climáticas, tem como objetivo oferecer suporte técnico à Secretaria de Bioeconomia do MMA para o desenvolvimento da Política Nacional de Bioeconomia. Entre as atribuições do consórcio estão previstos:

- o subsídio técnico e a articulação com os setores para estabelecimento da política e dos planos;
- a criação e apoio à implementação de estratégia de divulgação do processo junto à sociedade;
- a realização de oficinas regionais para o plano de sociobiodiversidade;
- o apoio na consolidação dos resultados da consulta pública do plano de Bioeconomia;
- a realização de seminário técnico-científico sobre o tema; e
- o desenho de uma metodologia para registro de negócios de base comunitária, incluindo gestão da informação e instrumentos integrados às plataformas do MMA.

Como primeira entrega com a qual o Consórcio contribuiu, a Presidência da República assinou, em 5 de junho de 2024, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Decreto nº 12.044, que institui a Estratégia

Nacional de Bioeconomia.¹⁶ Entre os principais eixos atrelados à estratégia está o fomento aos polos regionais de Sociobioeconomia.

2. O Ministério de Integração e Desenvolvimento Regional (MIDR) instituiu, pelo Decreto nº 11.962, de 22 de março de 2024, a **Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR)**. A iniciativa conta com muitos programas interessantes já em andamento, como o **Programa de Desenvolvimento Regional**,¹⁷ **Rotas de Integração Nacional**¹⁸ e **Rotas da Biodiversidade**.¹⁹ Em 2023, o MIDR elaborou o **Bioregio** (Estratégia Nacional de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional Sustentável), a partir da Portaria Nº 3.717, de 30 novembro de 2023²⁰. Em 2024, Luciana Villa Nova, que co-liderou o Subgrupo formado por Coalizão e Concertação, passou a prestar consultoria para o MIDR, apoiando o estabelecimento do BioRegio na seleção de territórios e no desenho dos planos regionais. As etapas da estratégia contemplam:

- (1) identificação de territórios prioritários da Bioeconomia;
- (2) mapeamento de atores chave e mobilização territorial;
- (3) definição de planos de negócio, investimentos e modelos de governança.

3. **Projeto Parque de Bioeconomia do Pará:** no contexto do PlanBio²¹ (Plano de Bioeconomia do Estado do Pará) e de

16. [DECRETO 12.044](#)

17. [Programas de Desenvolvimento Regional](#)

18. [Rotas de Integração Nacional](#)

19. [Rotas da Biodiversidade](#)

20. [PORTARIA Nº 3.717, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023](#)

21. [Link do PLANBIO](#)

sua iniciativa de criação do Centro de Sociobioeconomia do Pará (nome provisório), o projeto firmado entre a Fundação para o Desenvolvimento Sustentável (FBDS) e o Foreign Commonwealth & Development Office (FCDO) tem como objetivo qualificar a estrutura institucional e o modelo de negócios para a operação deste Centro, que visa apoiar o desenvolvimento da Sociobioeconomia do estado. O Centro de Sociobioeconomia do Pará será criado para promover o desenvolvimento de sociobionegócios por meio da articulação de três eixos:

- (1) Interesses e demandas de Povos Indígenas, Quilombolas e Comunidades Tradicionais (PIQCTs) da Amazônia paraense para a qualificação de seus processos produtivos;
- (2) Agendas e serviços de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) de instituições técnico-científicas de dentro e fora do Estado do Pará, além de outros atores, buscando estimular seu interesse na produção de soluções em temas e contextos associados à Sociobioeconomia;
- (3) Oportunidades de investimentos para a viabilização de sociobionegócios considerados de interesse do mercado.

4. GIB - Iniciativa de Bioeconomia do G20: No contexto da presidência do Brasil no G20, foi criado o grupo de apoio à Iniciativa de Bioeconomia do G20 (GIB), composto por diversas organizações da sociedade civil, que atuou em articulação direta com o MMA e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). O GIB teve como objetivo influenciar o debate sobre a Bioeconomia entre as maiores economias do mundo, colocando-a como uma pauta prioritária para o enfrentamento às mudanças climáticas e para a garantia da segurança alimentar. Em setembro de 2024, o GIB estabeleceu dez Princípios de Alto Nível sobre Bioeconomia,

voluntários e não vinculativos.²² Entre eles estão a contribuição para a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos seus componentes e a partilha justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados.

II. Aceleração da prospecção e do fortalecimento de Territórios Sustentáveis prioritários da Sociobioeconomia, a partir das redes já existentes e de vocações identificadas (como alguns dos mencionados na Tabela 02 deste relatório), e fomento à sua expansão como modelos de desenvolvimento, a partir da construção de estratégias e planos de ação em conjunto com os povos e organizações locais.

III. Instituição, reconhecimento e apoio aos modelos de gestão e governança territoriais, com Coletivos, Câmara Técnicas e Fóruns para a gestão dos planos estratégicos, planos de ação e fluxo corrente de investimentos.

IV. Formação e promoção de redes de colaboração e de aceleração da inovação nos territórios, entre Instituições de Ciência, Tecnologia e Inovação (ICTIs) e Negócios Comunitários de Povos Indígenas, Quilombolas, Afrodescendentes e Comunidades Tradicionais para o desenvolvimento de estratégias, espaços, processos e políticas de valorização e conexão entre saberes tradicionais e acadêmicos.²³

V. Desenvolvimento e fomento de Mecanismos Financeiros apropriados à Bioeconomia que garantam os recursos na ponta

22. [Princípios de alto Nível para Bioeconomia segundo GIB](#)

23. Exemplo de iniciativas CTIs intersaberes: (1) <https://www.saberesociobio.com/>; (2) <https://serrapilheira.org/>; (3) <https://amazonia4.org/>; (4) <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-e-embrapii-estimulam-inovacao-em-bioeconomia-e-outros-setores>

e atendam às demandas estruturadas pelos próprios territórios, em conjunto com redes de apoio.²⁴

A emergência climática, o crescente interesse pelo potencial da Bioeconomia e o cenário político atual abrem uma **janela de oportunidade ímpar de colaboração para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas e para o estabelecimento de projetos multissetoriais**, que integrem abordagens para ativação de ecossistemas de inovação dentro dos parâmetros e da escala discutidos ao longo deste relatório.

A partir da sistematização dos esforços realizados pelo **Subgrupo Territórios Sustentáveis de Inovação da Sociobioeconomia**, esperamos contribuir com a **potência dos elos entre redes colaborativas multissetoriais**, sem as quais não será possível avançar na consolidação de modelos econômicos e de desenvolvimento territorial que levem a uma mudança de paradigma na matriz econômica global.

24. Exemplo de iniciativas envolvendo entidades financeiras: (1) <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22024/1/02-BNDES-Revista56-PotencialBioeconomia.pdf>; (2) https://climaesociedade.org/wp-content/uploads/2024/11/Impulsionando-Sociobioeconomia-pt_br.pdf; (3) <https://www.impactnotabank.com.br/en/home>; (4) https://lira.ipe.org.br/downloads/Edital_03_2021_Fundo_LIRA.pdf

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Bertha K. Amazônia: desenvolvimento e soberania. 2005.

BECKER, Bertha K. Geopolítica da amazônia. Estudos avançados, v. 19, p. 71-86, 2005.

BREYER, Floriana. Territórios Regenerativos: da fragmentação a regeneração territorial. Trabalho Final (mestrado): IPÊ – Instituto de Pesquisas Ecológicas. 2023, 237 p.

COSTA, Francisco de Assis et al. Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical, 2022. <https://doi.org/10.46830/wriwp.21.00168pt> (consultado em outubro 2023)

NOBRE, I.; NOBRE, C. Projeto “Amazônia 4.0”: definindo uma terceira via para a Amazônia. Futuribles, São Paulo, n. 2, p. 7-20, 2019.

OSOCIOBIO – OBSERVATÓRIO DAS ECONOMIAS DA SOCIOBIODIVERSIDADE. Recomendações de políticas para o desenvolvimento da economia da sociobiodiversidade. Brasília, 2022.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos Ippur, v. 2, p. 15-25, 1999.

SANTOS, Milton. O retorno do território. En: OSAL : Observatorio Social de América Latina. Año 6 no. Buenos Aires : CLACSO, 2005.

Materiais online consultados:

<https://ppa.org.br/publicacao/tese-de-desenvolvimento-territorial-da-ppa>

<https://www.apacc.org/rede-jiral.html>

<https://coalizaobr.com.br/painel-de-controle/>

<https://coalizaobr.com.br/wp-content/uploads/2023/05/Visao-2030-2050-O-Futuro-das-Florestas-e-da-Agricultura-no-Brasil.pdf>

<https://coalizaobr.com.br/posicionamentos/coalizacao-brasil-defende-criacao-de-uma-politica-nacional-de-bioeconomia/>

<https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>

<https://ipe.org.br/estrategias/>

https://eaesp.fgv.br/sites/eaesp.fgv.br/files/u641/fgvces_-_agenda_de_desenvolvimento_territorial_para_a_regiao_da_br-319.pdf

www.barcasregenerativas.com.br

DECRETO 12.044: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12044.htm

Mapa de Negócios Comunitários Sustentáveis/ Desafio Conexsus: <https://desafioconexsus.org/mapa-desafio-conexsus/>

Breyer, Floriana. [Dissertação de Mestrado em PDF](#)

PORTARIA Nº 3.717, DE 30 DE NOVEMBRO DE 2023: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/desenvolve-amazonia/PORTARIAN3.717DE30DNOVEMBRODE2023.pdf>

Programas de Desenvolvimento Regional: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional>

Rotas de Integração Nacional: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/rotas-de-integracao-nacional>

Rotas da Biodiversidade: <http://portalrotas.avaliacao.org.br/rota/rota-da-biodiversidade/2>

Link do PLANBIO: <https://www.semas.pa.gov.br/wp-content/uplo->

[ads/2024/05/PlanBio-Completo-Portugu%C3%AAAs.pdf](#)

Princípios de alto Nível para Bioeconomia segundo GIB: <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/09/g20-chega-a-consenso-e-estabelece-principios-de-alto-nivel-sobre-bioeconomia>

Exemplo de iniciativas CTIs intersaberes: (1) <https://www.saberessocio-bio.com/>; (2) <https://serrapilheira.org/>; (3) <https://amazonia4.org/>; (4) <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/bndes-e-embrapji-estimulam-inovacao-em-bioeconomia-e-outros-setores>

Exemplo de iniciativas envolvendo entidades financeiras: (1) <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/22024/1/02-BNDES-Revista-56-PotencialBioeconomia.pdf>; (2) https://climaesociedade.org/wp-content/uploads/2024/11/Impulsionando-Sociobioeconomia-pt_br.pdf; (3) <https://www.impactnotabank.com.br/en/home>; (4) https://lira.ipe.org.br/downloads/Edital_03_2021_Fundo_LIRA.pdf

<https://lira.ipe.org.br/>

Videos:

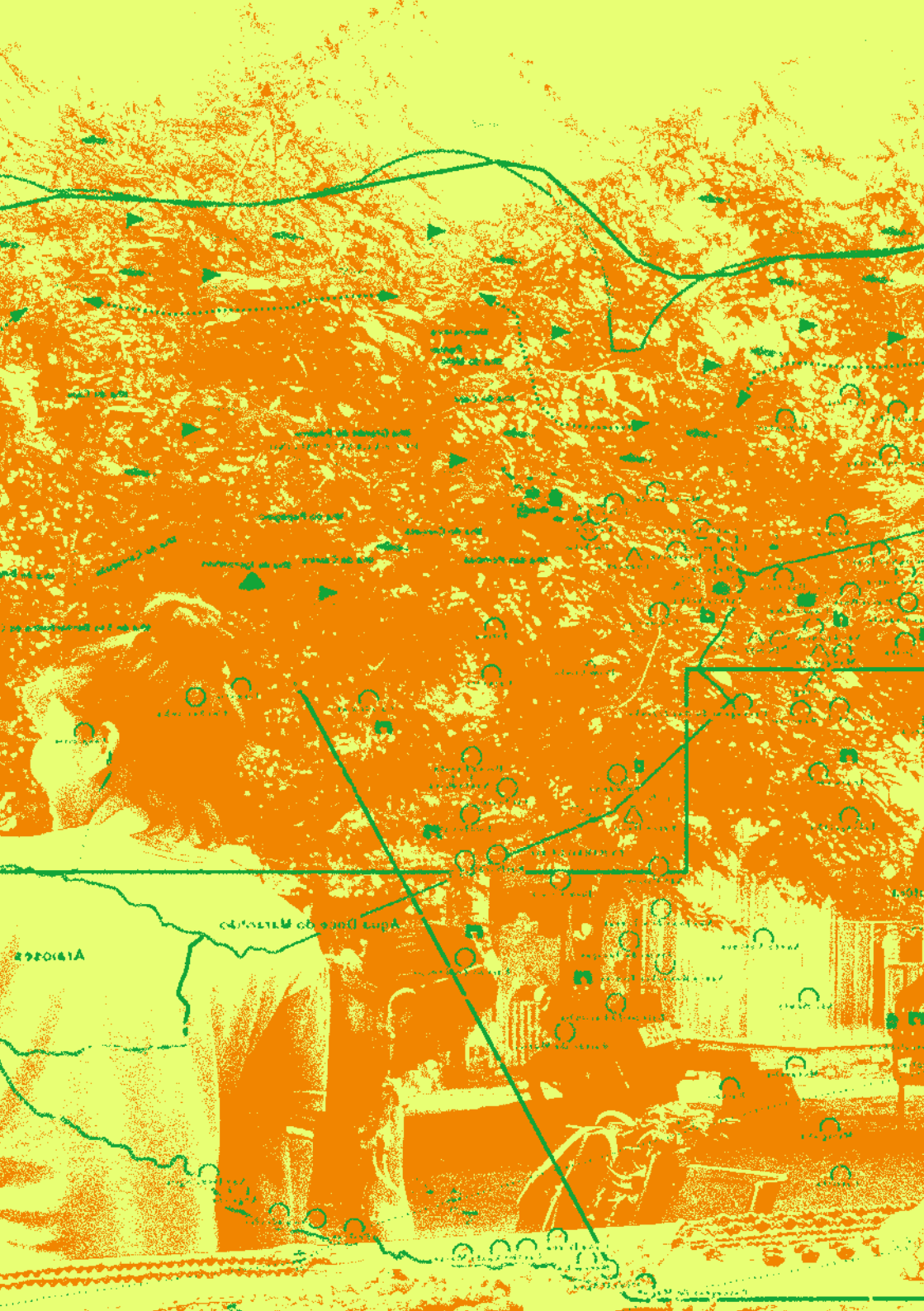
Video do webinarío 01: <https://www.youtube.com/watch?v=C2Jbz3hT9KQ>

Vídeo do webinarío 02: <https://youtu.be/TC2OU2salqg?si=cDIXtoVDHbCoFm0t>

Video do webinarío 03: https://youtu.be/LIN7mOCr_qE?si=Lqy9xb2M61oUDzUW

Video do webinarío 04: https://youtu.be/vkHAzHneWZE?si=I8lox_8MD7jQs_o-

Video do webinarío 05: <https://youtu.be/jUwV7IYeNYA?si=nSGUe8JoW-UwKX6M>



Algarve

Alentejo

Beja

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo

Alentejo